

Arinos entra na etapa final

BRASÍLIA — Após oito meses de discussões sobre as mais diversas propostas para a nova Constituição, a Comissão Provisória para Estudos Constitucionais começa amanhã a etapa final do trabalho com a votação, em reuniões plenárias, de capítulos do anteprojeto que apresentará ao Executivo. Para cumprir o prazo dado pelo Governo, até julho, a Comissão terá de aprovar os dez capítulos do estudo em dois meses, tempo considerado pequeno por alguns de seus integrantes, que defendem uma prorrogação.

Ordem social, ordem econômica e defesa do Estado, da sociedade civil e das instituições democráticas, foram os temas escolhidos para os próximos três dias. Apesar de haver para cada tema um completo estudo elaborado por subgrupos da Comissão, as propostas que realmente constarão do anteprojeto estão indefinidas, já que, pela primeira vez, os 50 integrantes da Comissão Afonso Arinos vão se reunir para votar sugestões definitivas.

O Secretário-Geral da Comissão, professor Ney Prado, teme que não se consiga aprovar todo o anteprojeto até julho. Já há reuniões apenas três dias por mês. Ele acha que será necessário intensificar o ritmo dos trabalhos e, no momento, está às voltas com a classificação de dezenas de emendas que recebeu de integrantes que não faziam parte dos subgrupos que estudaram os três temas deste mês.

As discussões sobre o capítulo que trata da defesa do Estado prometem ser polêmicas. Tendo como coordenador Ney Prado e como relator o Jurista Miguel Reale Junior, o grupo propõe grandes inovações no trabalho a ser submetido ao plenário. Entre elas, a criação do "estado de alarme", uma medida de exceção mais branda do que o estado de sítio, que substituiria o estado de emergência e as medidas de emergência existentes na atual Constituição.

O estado de alarme seria decretado pelo Presidente da República

mas aprovado e fiscalizado pelo Congresso. Mais amplo do que o estado de alarme — que deve ser restrito a locais determinados — é o estado de sítio que, segundo a proposta, poderá ser decretado pelo Presidente da República "ad referendum" do Congresso Nacional. Ao contrário da atual Constituição, o estado de sítio só poderá ser decretado em caso de guerra externa ou iminente ameaça de sua irrupção.

Este capítulo cria também um novo órgão, o Conselho de Defesa Nacional, presidido pelo Presidente da República e integrado pelos Presidentes da Câmara e do Senado, pelos Ministros da Justiça e das Relações Exteriores e pelos Ministros militares, além dos líderes da maioria na Câmara dos Deputados. De acordo

Comitê defende o princípio do direito ao trabalho mediante política de pleno emprego

com o estudo, compete ao Conselho ser ouvido sobre a decretação do estado de sítio e de alarme e outros assuntos referentes à defesa da soberania.

Uma outra inovação do projeto é a obrigação de serviço militar também para as mulheres, retirando o parágrafo da atual Constituição que as isenta, e aos eclesiásticos de sua prestação. Apesar disso, fica instituída a possibilidade — tanto para homens quanto para mulheres — de opção por algum serviço requerido pelo atendimento de interesses nacionais, ao invés do serviço militar.

Este capítulo trata ainda da segurança pública e determina que a força pública (Polícia Militar) será subordinada aos Governos estaduais, tendo apenas seu efetivo e armamentos controlados pela União. O

projeto prevê ainda a criação da guarda municipal, subordinada à força pública e à polícia judiciária, nos municípios com mais de 200 mil habitantes.

O capítulo da ordem social — que, na atual Constituição, é apenas uma parte do relativo à ordem econômica — foi elaborado sob a coordenação do Jurista Evaristo de Moraes Filho e inclui, entre seus primeiros princípios, "o direito ao trabalho que possibilite uma existência digna, mediante uma política de pleno emprego". A proposta do comitê tem também um dispositivo que garante o direito de moradia adequada, em condições de higiene e conforto.

O subgrupo, que teve a participação do empresário Antônio Ermirio de Moraes e do Diretor do Dieese, Walter Borelli, propõe também a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, o uso obrigatório de medidas tecnológicas visando eliminar ou reduzir ao mínimo a insalubridade dos locais de trabalho e a estabilidade no emprego. A proposta proíbe expressamente a intervenção em entidades sindicais — a única exceção, é por decisão judicial — assegurando também a liberdade de associação sindical e profissional. Além disso, é assegurado o direito de greve.

O trabalho deste grupo traz também muitos avanços na questão da família: a proposta acaba com qualquer discriminação entre filhos legítimos ou naturais, que passam a ter os mesmos direitos, e elimina o conceito de que a base da família é apenas o casamento civil. O pátrio poder poderá ser exercido tanto pelo pai quanto pela mãe.

Além disso, este capítulo inclui artigos assegurando a assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes. A proposta assegura também que nenhum imposto, taxa ou contribuição poderá incidir sobre os proventos da aposentadoria.

Igreja começa a agir antes dos políticos

SÃO PAULO — Enquanto os prováveis candidatos à Constituinte em São Paulo preocupam-se mais com a definição dos cabeças de chapa de seus partidos (Governadores) do que propriamente com a futura Constituição, a Igreja caminha a passos firmes num trabalho de conscientização da população para a escolha daqueles que serão os responsáveis diretos pela nova carta constitucional.

Na verdade, a Constituinte vem sendo tema de encontros de todas as comunidades da Igreja, paróquias e pastorais universitárias e operárias há quase um ano. Todo esse processo culminou no documento "Por Uma Nova Ordem Constitucional", aprovado pela 24ª Assembléia-Geral

da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Itaipá.

— A Igreja não vai dar as cartas, mas procurará cumprir seu dever de trabalhar em benefício do povo brasileiro. A Igreja não tem a pretensão de ficar à frente de todo esse processo, mas não pode se omitir de um dever de colaborar e criar condições para a maior participação possível de seus membros — argumentou o Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida.

Dom Luciano acha que a Igreja não pode ser uma mera espectadora do processo constitucional, devendo atuar ao máximo, dentro de suas limitações. Ela não lançará candida-

tos, mas seus membros procurarão despertar o interesse dos eleitores para candidatos considerados confiáveis. Um exemplo de pessoa confiável aos olhos da Igreja é aquela que esteja comprometida com as causas dos pobres e que utilize recursos financeiros na campanha com parcimônia.

Também o Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, reafirma que a Igreja não lançará candidatos próprios:

— Mas todo mundo tem o direito de estimular candidatos, pois o Brasil vai ter a Constituição que o povo conseguir fazer através dos candidatos que conseguir eleger — assinala Dom Paulo.

CNBB quer ampliar mais sua pregação

SÃO PAULO — A CNBB está preocupada em difundir ao máximo o documento "Por Uma Nova Ordem Constitucional", em que defende uma mobilização em favor da conscientização da população sobre a importância da Constituinte e sua efetiva participação não apenas antes e durante as eleições, mas principalmente depois, quando da elaboração e aprovação do novo texto constitucional.

Ao lado da distribuição do documento e até de cartilhas de fácil entendimento, a Igreja, através de cada Diocese, procurará a forma mais adequada de sensibilizar os fiéis. Portanto, não haverá um esquema rígido a ser seguido para concretizar as propostas existentes no documento de Itaipá. Em algumas regiões extremamente mobilizadas, como Vila Prudente, São Miguel e outras áreas da Zona Leste, de São Paulo, pontos periféricos extremamente carentes, o período de "sensibilização" já foi ultrapassado, devendo agora entrar na fase de discussões do conteúdo da Constituição e de convite a candidatos para debates, assim que se definirem as candidaturas.

Pela experiência passada, a Igreja não teme que algumas comunidades venham a se transformar em núcleos partidários. Em eleições passadas, ela já apoiou candidatos de diferentes partidos sem assumir uma colaboração partidária.

Para Dom Fernando José Pentecoste, Bispo da região Episcopal de Itapeceira da Serra (município próximo à capital), o trabalho da Igreja em favor da Constituinte já é um fato há quase um ano, especialmente a nível de coordenadores das comunidades:

— Agora estará mais próximo da população através de palestras, pequenos encontros e de uma cartilha em linguagem popular — informou Dom Fernando